

# Confiança nas informações sobre a pandemia exige Web e dados abertos

*Por Caroline Burle, Ana Eliza Duarte e Vagner Diniz, do Centro de Estudos sobre Tecnologias Web (Ceweb.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)*

Dados Abertos são informações públicas ou privadas que, seguindo alguns critérios como estarem completos, serem primários, atuais, acessíveis, processáveis por máquina, não ter proprietários, estar disponíveis a todos e não requerer licença de uso, podem ser acessados e reutilizados por qualquer pessoa. A [LAI](#) - Lei de Acesso à Informação impõe à administração pública a abertura de seus dados, divulgando-os na Web para que exista transparência ativa por parte dos órgãos governamentais.

Com o advento da COVID-19, os debates sobre a disponibilização dos dados governamentais ficaram mais presentes na maioria da população, pois sem eles é impossível analisar a evolução da pandemia, bem como criar políticas públicas de enfrentamento rápidas e efetivas. Por ser um fenômeno de alcance global e completamente novo, todas as recomendações de protocolos de combate a COVID-19 surgidas no âmbito da Organização Mundial de Saúde (OMS) e de outros organismos internacionais multilaterais foram fundamentadas em evidências obtidas com uso de dados coletados e compartilhados em tempo real na Web.

Dados na Web devem ser preservados e publicados de modo padronizado, como recomendam as boas práticas universalmente aceitas. As mais conhecidas estão no documento Boas Práticas para Dados na Web ([DWBP](#)), [traduzido para o português](#), elaborado sob a coliderança da equipe do Centro de Estudos sobre Tecnologias Web (Ceweb.br) do NIC.br, no âmbito do [W3C](#) (Consórcio World Wide Web), que traz 35 recomendações para publicação de dados na Web que proporcionam melhor interação entre quem publica e quem consome esses dados.

Estas recomendações do W3C descrevem e dão exemplos de como providenciar metadados, definir licença de reuso dos dados, explicitar a procedência dos dados publicados, bem como avaliar sua qualidade e informar a versão. Também explicam a importância de disponibilizar diferentes formatos de dados, usar vocabulários internacionais e padronizados, definir como se dará o acesso aos dados (por exemplo com uso de APIs) e como preservá-los. Ao seguirem essas e outras recomendações do W3C os publicadores de dados como, por exemplo, governos e empresas, ou demais usuários de toda a Web, estarão contribuindo para que ela continue aberta e efetiva para cidadãos, empresas e governos, permitindo que as decisões sejam tomadas com base em dados e evidências abertamente compartilhadas, como exige a situação a que estamos submetidos diante da pandemia COVID-19.

O Brasil, com a criação do [Portal Brasileiro de Dados Abertos](#) em 2011, foi um dos países pioneiros na disponibilização de dados abertos, de forma colaborativa e com uso de *software* livre. O [Decreto Federal no 8.777](#), de 2016, instituiu a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, com os objetivos de promover a publicação em formato aberto de dados contidos em bases dos órgãos do executivo federal, proporcionando o acesso a tais bases pelos cidadãos e também fomentar a pesquisa, a avaliação social, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, tanto no poder público, quanto no setor privado.

O Governo Federal também instituiu que cada órgão ou entidade da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, deveria criar um Plano de Dados Abertos (PDA). Na prática, contudo, o [Painel de Monitoramento de Dados Abertos](#) mostra que há diversos planos atrasados e dados não estão necessariamente disponibilizados de acordo com as demandas da sociedade.

A pandemia do novo coronavírus reacendeu, portanto, o debate sobre a importância do acesso a dados governamentais abertos. Disponibilizá-los significa publicá-los de forma que possam ser livremente verificados, utilizados, reutilizados e redistribuídos por qualquer pessoa. Em outras palavras, devem estar disponíveis “por inteiro”, em formatos convenientes e modificáveis, fornecidos em condições de reuso e redistribuição, além de não conterem restrições para uso, seja por geografia, pessoas ou grupos.

Diversos casos reais de publicação de dados abertos foram de extrema relevância durante o período do "apagão" de dados do Governo Federal sobre a pandemia no Brasil, que ocorreu no início de junho de 2020. Por sorte, apesar do evento, os dados não se perderam graças a iniciativas como as dos sítios Web do Conselho Nacional de Secretários de Saúde ([Conass](#)), do projeto [Brasil.io](#), da Fundação Oswaldo Cruz ([Fiocruz](#)), entre outros, que lograram preservar a informação.

Graças à atuação dessas diferentes organizações foi possível continuar a coletar, tratar e manter disponíveis as informações para a mídia e população. Isso ilustra a importância dos dados abertos na disseminação da informação, e a participação de iniciativas como [Coronavírus no Mundo, no Brasil e em Pernambuco](#), [Painel Coronavírus COVID-19](#), [Monitora COVID-19](#) e [Rede CoVida](#), que usam e retrabalham estes dados, fornecidos por governos municipais, estaduais e federal, gerando a disseminação de informações fidedignas e consistentes sobre a COVID-19.

Leia mais sobre dados abertos e COVID-19:

[Coronavírus: onde acompanhar os números da pandemia no Brasil após apagão de dados do governo.](#)

[O que muda com a transferência da política de dados abertos para a CGU.](#)

[Dados sobre a pandemia do novo coronavírus](#)

[COVID-19 Data Sharing/BR.](#)

[Fundamentos para publicação de dados na web.](#)

[População mais pobre morre mais por Coronavírus em São Paulo.](#)

[Portal Brasileiro e Dados Abertos.](#)

[Global Issue: COVID-19.](#)

[Decálogo da Web Brasileira.](#)

[Data on the Web Best Practices.](#)

[W3c Data Activity: Building the Web of Data.](#)